

IMPACTOS DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA SOBRE A EXPLORAÇÃO MINERAL NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI – 2004/2008

Raimundo Gomes Barbosa

Prof^a Eliani Superti

Universidade Federal do Amapá-UNIFAP

rgbarbosa@unifa.br

INTRODUÇÃO

Na Amazônia, o Amapá foi o primeiro Estado a sediar um empreendimento do setor mineral, com a exploração de manganês de 1950 até 1997. Neste período, a economia do Amapá tornou-se dependente da exploração de manganês, visto que a ICOMI pagou US\$ 131,6 milhões de dólares de royalties ao governo Amapaense.

Ainda neste setor, na década de 80 surgiu o ouro no município de Calçoene e neste novo milênio, as atenções minerais se voltam para os municípios de Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio. Um fator determinante neste setor que requer atenção, compreende o período de 2000/2007 em que Pedra Branca recebeu um incremento populacional de 9,00%, o que mudou a configuração urbanística da cidade e trouxe problemas ambientais, urbanos e socioeconômicos.

OBJETIVOS

Este trabalho visa analisar os impactos dos recursos oriundos da Compensação Financeira sobre a Exploração Mineral a luz do princípio da prevenção. Verificar os impactos socioambientais na área urbana do Município de Pedra Branca do Amapari em relação à exploração mineral e a preservação ambiental; identificar e analisar as políticas públicas implementadas pela gestão municipal na área urbana do município; e mensurar os indicadores de qualidade de vida dos munícipes da cidade de Pedra Branca do Amapari

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O censo demográfico de 2000 registrou uma população de 4.009 habitantes, sendo 2.645 na área rural e 1.364 na área urbana. Já na contagem de 2006 foi registrada uma população de 5.893 habitantes. No período de 1996 a 2006, a população de Pedra Branca do Amapari teve

uma taxa média de crescimento anual de 6,92%. Portanto, uma taxa geométrica de crescimento populacional acima de qualquer expectativa, pois em dez anos a taxa saltou de 0,31 para 0,62 hab/km². Este contingente populacional tem-se aglomerado na área urbana da cidade, mudando sua configuração urbanística e com isso surgindo os problemas ambientais, urbanos e socioeconômicos.

A população economicamente ativa, apenas 27,8% está no mercado de trabalho, enquanto que, no Estado, esse percentual atinge o patamar dos 41,9%. No que diz respeito à renda per capita do município esta passou de R\$ 79, 90, em 1991 para R\$ 88, 37 em 2000, portanto, uma renda per capita inferior à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000, o que demonstra uma população pobre (IBGE, 2000).

No que tange a saúde pública, o atendimento no município ainda é bastante precário por se restringir apenas aos pequenos serviços. Referente ao saneamento básico, a rede de captação e distribuição de água potável, atende apenas a sede municipal e a comunidade de Água Fria. A água para abastecer as demais localidades é proveniente de rios e igarapés, sendo assim, sem tratamento.

Quanto à coleta de lixo, é realizada em dias alternados, três vezes na semana, na sede e em Água Fria, sendo o lixo lançado a céu aberto, em lixão (IBGE, 2000). O Município de Pedra Branca até 2003 ainda não arrecadava nenhum dos impostos de sua competência, dependendo única e exclusivamente das Transferências Constitucionais, principalmente do Fundo de Participação dos Municípios e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e serviços (ICMS), assim como também não recebia recursos provenientes das transferências de Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) e outros impostos.

A partir de 2004 começou a receber R\$ 5.458,82 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos) e nos anos subseqüentes, em escala crescente, chegando a receber, em 2008, R\$ 96.509,69 (noventa e seis mil quinhentos e nove reais e sessenta e nove centavos). Em 2003, o município recebeu de receitas orçamentárias (ICMS e IPVA) R\$ 262.142,96 (duzentos e sessenta e dois mil cento e quarenta e dois reais e noventa e seis centavos). Dentre os municípios do estado ocupava o 13º lugar, e em 2008, recebeu R\$ 1.243.825,86 (um milhão, duzentos e quarenta e três mil, oitocentos e vinte e cinco reais e oitenta e seis centavos), passando a ocupar o 5º lugar, em termos de arrecadação no Estado.

Outra receita que passou a incorporar o orçamento da Prefeitura de Pedra Branca do Amapari, a partir de 2005 foi a Compensação Financeira sobre a Exploração Mineral, cujo valor recebido foi de R\$ 2.606,09 (dois mil, seiscentos e seis reais e nove centavos), proveniente da exploração mineral, enquanto que, em 2008, a Prefeitura recebeu de Compensação Financeira R\$ 2.973.713,09 (dois milhões, novecentos e setenta e três mil, setecentos e treze reais e nove centavos).

METODOLOGIA

Este trabalho será desenvolvido sob a luz do método dialético histórico, pois no entendimento de Konder (1983, p. 8) *a dialética é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação*. Como a dialética parte do princípio que a natureza está em permanente transformação, isto é, nada é acabado ou fixo, mas que tudo se transforma, assim como tudo é conectado.

Diante das transformações e das contradições existentes no dia-a-dia, uns provocados pelos fenômenos da natureza e outros pelos homens em sociedade. As cidades estão vivendo os impactos do processo de urbanização dos últimos anos, onde a área urbana se sobrepõe sobre a rural.

Será realizada pesquisa bibliográfica para compreender a intervenção do Estado nas políticas públicas, principalmente na área da Amazônia, e mais especificamente, no que tange a exploração mineral e a ocupação da fronteira Norte do Brasil. Assim como também pesquisa de campo (dados primários e secundários), análise dos dados, observações, com vista a compreender os impactos ambientais, urbanos e socioeconômicos.

CONCLUSÃO

Através da pesquisa exploratória levantou-se que os recursos oriundos da Compensação Financeira sobre Exploração Mineral não estão sendo executados em ações para mitigar os impactos sócio-ambientais e nem tampouco em ações que proporcionem o bem estar dos munícipes de Pedra Branca do Amapari. Em decorrência da ausência ou de inadequado planejamento urbano, bem como ausência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável do município, além de que as ações dos gestores municipais são executadas de forma imediatista, justamente pela ausência de plano de ação capaz de

estabelecer as metas de curto, médio e longo prazo de forma coletiva e não particularizada ou clientelista.

BIBLIOGRAFIA

BECKER, B.K. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** Revista Parcerias Estratégicas, nº 12, set. 2001.

BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí. Ed. Unijuí. 2006.

CASTELLS, M.A. **A questão urbana**. São Paulo. Paz e Terra. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br>>.

MARICATO, E. Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis. Vozes. 2001.